

210 concelhos ficam de fora do apoio de 40 milhões à agricultura

Ajudas ■ Programa apoia apenas 68 concelhos onde foi decretado estado de calamidade, deixando 210 de fora", diz CAP, alertando que a ajuda deveria ser alargada a todos os agricultores.

Teresa Cotrim
tcotrim@medianove.com

A tempestade que varreu o país na semana passada deixou um rasto de devastação no setor agrícola. Rajadas de vento superiores a 120 km/h derrubaram estufas e árvores, a chuva intensa inundou os campos e a força das águas rompeu os diques do rio Mondego. Foi uma intempérie que deixou o país em estado de calamidade. As associações setoriais ainda estão a avaliar a dimensão dos estragos.

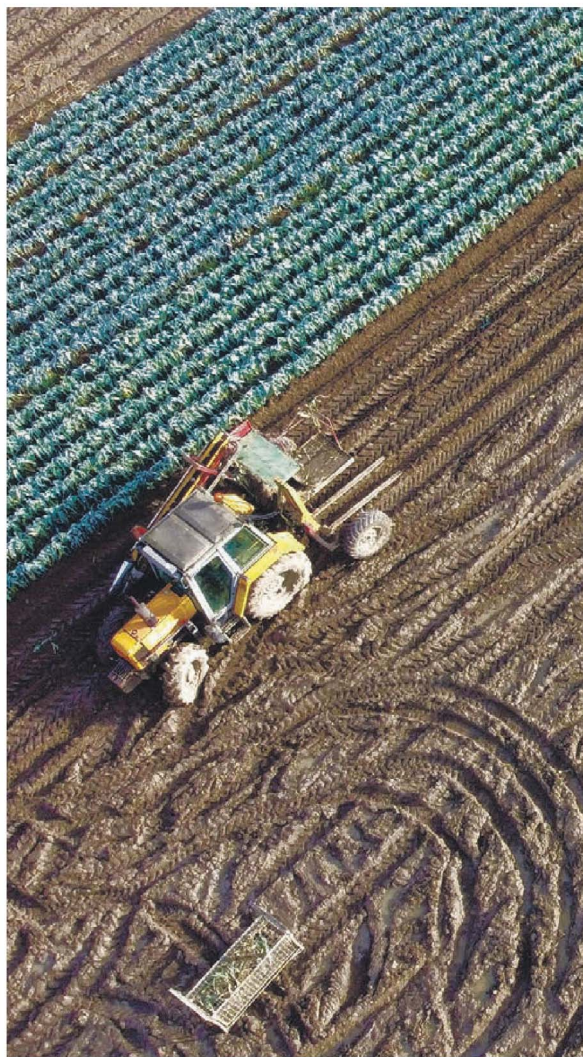
Luís Mira, Secretário-Geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), afirma que o Estado não pode criar um programa de apoio apenas para os 68 concelhos onde foi decretado o estado de calamidade, deixando 210 de fora. "Este deve ser alargado a todos os agricultores afetados pela tempestade".

Nuno Serra, Secretário-Geral da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (Confragi) afirma que ninguém que foi afetado por estas tempestades pode ser deixado para trás. Viva em que concelho viver. "Temos consciência de que uns foram mais afetados do que outros. Houve concelhos com

um nível de devastação enorme e é preciso ter especial atenção a essa fator, mas isso não pode ser de forma alguma motivo para não ajudar quem foi também afetado noutros concelhos".

Quanto aos prejuízos, Luís Mira considera que devem rondar os 775 milhões de euros na agricultura e os 300 milhões nas florestas, ou seja, cerca de mil milhões de euros, salvaguardando, contudo que o levantamento dos prejuízos ainda está a decorrer. Os dados finais serão dados pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que são a CCDR Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve que estão a receber as declarações dos agricultores relativamente aos prejuízos causados pela tempestade Kristin, sendo que os números estão a ser atualizados diariamente.

Vasco Estrela, vice-presidente da CCDR Centro, afirmou ter recebido até 18 de fevereiro, 2190 declarações de prejuízos, num valor superior a 161 513 milhões de euros, sendo as queixas mais volumosas relacionadas com estruturas e com a suinicultura. "Contudo, ainda estamos a apurar". José Bernardo, vice-presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, referiu que, até à mesma data, tinham sido preenchidas 1079 candidaturas,



CAP estima prejuízos no valor de mil milhões de euros

Prejuízo aproximado de 5 milhões de euros em apenas oito explorações

■ David Sousa, diretor da SEMPER, agência de subscrição do Grupo REGO que representa a seguradora Hagelunie, do grupo empresarial Achmea, que atua na área das estufas tem estado no terreno. "Estimamos um prejuízo provisório de cinco milhões de euros em oito explorações situadas na zona Oeste, na Costa Vicentina e no Algarve". Porém, a falta de mão de obra ainda pode aumentar o preço das reparações. Além disso, estão dependentes dos

orçamentos para apurarem os montantes finais em causa. "Os agricultores segurados que escolheram a apólice de cobertura de eventos climáticos têm direito a indemnização não só pela infraestrutura e pelas culturas, mas também pelo valor da faturação declarada, deduzido dos custos variáveis não incorridos". A empresa está em Portugal desde 2012 e diz já ter intervindo em outros eventos climáticos que dizimaram as culturas e as estufas.



Nuno Serra
Secretário-Geral da Confragi



Luís Mira
Secretário-Geral da CAP

num valor aproximado de 100 milhões de euros. No Alentejo, Roberto Grilo, vice-presidente da CCDR do Alentejo, adiantou que foram recebidas 456 candidaturas, com um montante declarado de 75,7 milhões de euros. Pedro Monteiro, vice-presidente da CCDR do Algarve, adianta que foram recebidas 29 declarações de prejuízo no valor de um milhão e seiscentos mil euros.

A agência Lusa noticiou que, no dia 28 de Janeiro, a CCDR Norte já tinha recebido, através da sua plataforma, 1695 declarações de prejuízos por parte de agricultores do Norte, num valor global estimado em 25 milhões de euros, dos quais 70% têm origem no Douro e relacionam-se, sobretudo, com deslizamentos de terras e danos verificados em muros.

À hora do fecho desta edição, dia 19 de fevereiro, o jornal económico ainda conseguiu atualizar os valores com dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura. "Os prejuízos declarados já rondam os 384,427 milhões de euros, com 6131 submissões de declarações de prejuízo, ou seja, mais 20 milhões de euros em 24 horas. "Amanhã os valores serão diferentes", garante o vice-presidente da CCDR Lisboa e Vale do Tejo, explicando que atualização dos prejuízos declarados é feita às 09h00 e às 17h00 de cada dia.